



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMAD
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2026
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP Nº 08/2026
Processo Administrativo: 25/2026

Modalidade:	Pregão eletrônico-SRP
Critério de julgamento:	Menor preço
Modo da disputa	ABERTO/FECHADO
Limite de acolhimento das propostas	18/05/2026 as 09h59min (Horário de Brasília)
Data e horário da sessão:	18/05/2026 as 10h00min (Horário de Brasília)
Site para a realização da licitação:	www.licitanet.com.br
Amparo legal:	Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Municipal nº 072/2023, e Decreto municipal 042/2023, Lei Complementar nº 123/06 e alterações.

REFERÊNCIA DE TEMPO: Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF.

Pedidos de esclarecimentos, impugnações, propostas, habilitação, recursos administrativos, serão recebidas exclusivamente por meio eletrônico do Portal de Compras LICITANET no endereço WWW.LICITANET.COM.BR.

Se no dia supracitado não houver expediente, a abertura deste pregão será realizada no 1º (primeiro) dia útil de funcionamento da Prefeitura Municipal que se seguir, no mesmo horário.

No site indicado serão realizados os seguintes procedimentos pertinentes a este pregão:

- Recebimento da “Proposta” e “Documentação”;
- Abertura da “Proposta” e exame de conformidade das propostas;
- Divulgação dos licitantes classificados e dos desclassificados;
- Condução dos trabalhos relativos aos lances;
- Abertura da “Documentação” do licitante detentor do menor preço e exame da habilitação;
- Quaisquer outros procedimentos que se fizerem necessários à realização deste pregão.
- As decisões do Pregoeiro serão comunicadas diretamente aos interessados durante a sessão, lavradas em ata, ou por ofício, com comprovação de seu recebimento. O resultado final do certame também será divulgado no Portal da Transparência, no endereço eletrônico: parintins.am.gov.br.

Sumário

1.	DO OBJETO	3
2.	DO REGISTRO DE PREÇOS	3
3.	DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
4.	DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
5.	DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	7
6.	DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .	8
7.	DA FASE DE JULGAMENTO	11
8.	DA FASE DE HABILITAÇÃO	15
9.	DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	17



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMAD
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA	17
11. DOS RECURSOS	18
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	19
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	21
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	21



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMAD
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

Toda a comunicação referente a este certame, até a adjudicação, deverá ser realizada em campo próprio do sítio www.licitanet.com.br.

PREÂMBULO

A PREFEITURA DE PARINTINS - AM, por intermédio COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO/PREGOEIRO, nomeados através do Decreto nº 042/2023, torna público que fará realizar a licitação na modalidade pregão eletrônico, cujo objeto está definido abaixo, o qual observará os preceitos de direito público e, em especial, as disposições da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações posteriores, Decreto nº 8.538/2015 do Decreto Municipal nº 042/2023, 072/2023 e do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e regulamentares e subordinados às condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

O Edital fica disponível aos interessados no site <https://transparencia.parintins.am.gov.br/> e no endereço www.licitanet.com.br no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), poderá ser solicitado pelo e-mail: licitacao@parintins.am.gov.br ou poderá ser retirado no setor de Licitações, situado na Rua Jonathas Pedrosa, nº 071, Centro, CEP 69.152-190, Parintins/AM no horário de 08h00min as 12h00min

1. DO OBJETO

1.1. **EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO DE EVENTOS PARA ATENDER AS SECRETARIAS** em atendimento à Prefeitura de Parintins.

1.2. *A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.*

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que:

3.2. Atuem no ramo da atividade pertinente ao objeto do certame;

3.3. Sejam detentores de senha para participar de procedimentos eletrônicos;

3.4. Que estiverem previamente credenciado, juntamente com os seus representantes na forma estabelecida no regulamento que disciplina a inscrição no Portal Licitanet (www.licitanet.com.br), até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.5. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.6. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação,



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMAD
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.7. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.8. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015 Decreto 072/2023 e 042/2023.

3.9. Não poderão disputar esta licitação:

3.9.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.9.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.9.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.9.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.9.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.9.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.9.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.9.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.9.9. *peçoas jurídicas reunidas em consórcio;*

3.9.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.9.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.10. O impedimento de que trata o item 3.9.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.11. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.9.2 e 3.9.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação,



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMAD
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.12. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.13. O disposto nos itens 3.9.2 e 3.9.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.14. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.15. A vedação de que trata o item 3.9.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.2. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos **itens 7 a 7.26 do Termo de Referência**.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMAD
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

- 4.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 4.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 4.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 ou 4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 4.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 4.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 4.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 4.11.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMAD
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. *valor total do item;*

5.1.2. *Marca;*

5.1.3. *Modelo;*

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. *Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.*

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5.10. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMAD
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

5.11. Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de 100 ,00 (Cem) reais*.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMAD
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

- 6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 6.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
- 6.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- 6.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMAD
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMAD
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

6.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.21.2.2. empresas brasileiras;

6.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.22.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo mínimo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.22.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.9 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*)

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMAD
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.8 e 4.5 deste edital em cumprimento aos Decretos 042/2023 e 072/2023.

7.6. Nos processos de licitações públicas do Município de Parintins-AM deverá ser concedido tratamento favorecido, diferenciado e simplificado às Micro Empresas-ME e Empresas de Pequeno Porte- EPP, agricultores familiares e produtores rurais, pessoa física, Micro Empreendedores Individuais-MEI e sociedades Cooperativas nas contratações públicas de bens, serviços e obras, objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito local e sub-regional.

I – Considera-se âmbito local as empresas sediadas exclusivamente nos limites geográficos do Município de Parintins-AM.

II – Considera-se âmbito sub-regional as empresas exclusivamente sediadas nos municípios da Região do Baixo Amazonas, (9ª Sub-Região) que trata o art. 26, inciso IX da Constituição do Estado do Amazonas, assim incorporados: Barreirinha, Boa Vista do Ramos, Nhamundá, Parintins, São Sebastião do Atumã e Urucará.

III – Será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

IV – Constatando que as empresas que ficarem empatadas dentro da margem dos 10%(dez por cento) sejam ME e EPP, o critério de desempate será a prioridade para a empresa que se estabeleça no âmbito sub-regional ou local.

V - Admitir-se-á a participação de sociedades cooperativas nas licitações e contratações.

§ 1º O disposto no “caput” deste artigo não se aplica à associação cuja atividade precípua seja a mera intermediação individual de trabalhadores de uma ou várias profissões, que não detenham qualquer meio de produção e cujos serviços sejam prestados de forma individual pelos seus associados.

7.7. § 2º Fica vedada a participação de cooperativa de mão de obra nas licitações e sua contratação, ainda que o objeto licitado ou contratado se enquadre na atividade direta e específica para a qual foi constituída, quando o trabalho a ser executado, por sua natureza, demandar execução em estado de subordinação e dependência, quer em relação ao fornecedor, quer em relação ao Município de Parintins.

7.8. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.9. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:

7.9.1. [indicar os acordos, dissídios ou convenções coletivas];



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMAD
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

7.9.2. O(s) sindicato(s) indicado(s) no subitem acima não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado.

7.10. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.10.1. conter vícios insanáveis;

7.10.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.10.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.10.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.10.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável ou não atendam solicitação do Pregoeiro.

7.11. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração (ou seja) a propostas que tiverem desconto acima de 25% (vinte e cinco por cento) será considerada inexequível..

7.11.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.11.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.11.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.12. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.12.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

7.12.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e *pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;*

7.12.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.12.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

7.13. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta por meio de contratos, Atas de Registro de Preços, notas fiscais de entrada, notas fiscais de saída, declaração de exequibilidade, acompanhados de planilhas de composição de custos.

7.14. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMAD
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

7.14.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.14.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

7.14.3. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

7.14.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

7.14.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

7.15. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.15.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.15.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.16. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.17. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.18. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.19. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.20. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.21. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMAD
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021 e solicitado pelo pregoeiro dentro do prazo mínimo de 2(duas) horas.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Portal LICITANET se este estiver de acordo com a exigência do edital, sendo de responsabilidade do licitante fornecedor as atualizações e substituição dos documentos desatualizados.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por meio eletrônico que possa ser consultado em sites oficiais fornecedor do documento preexistente.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. A habilitação será verificada por meio dos documentos exigidos no edital, solicitados pelo pregoeiro(a) inseridos no link Habilitanet, os documentos por ele abrangidos no art.62 da Lei 14.133/2021.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMAD
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no portal LICITANET e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros e suas substituições tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*).

8.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

8.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Edital serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de no mínimo 2(duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação ao pregoeiro no chat e por este autorizado.

8.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da *Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022*.

8.13. A verificação no sistema Cadastral do LICITANET e Habilitanet ou a exigência dos documentos neles não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, e que os documentos sejam referente a fatos preexistentes a data da licitação (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.12.1.

8.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMAD
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

8.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito e habilitação e de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05(cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a objeto pretendido, desde que devidamente justificada.

9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro do Cadastro de Reserva:.

10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

10.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMAD
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados exclusivamente em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMAD
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.licitanet.com.br

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

12.1.5. fraudar a licitação

12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMAD
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 10% do valor do contrato licitado.

12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% do valor do contrato licitado.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMAD
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

(quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados por forma eletrônica, *no site www.licitanet.com.br*,

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMAD
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico (www.licitanet.com.br) .

14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 14.11.1. ANEXO I - Termo de Referência
- 14.11.2. ANEXO II – Minuta de Ata de Registro de Preços
- 14.11.3. ANEXO III – Modelo de proposta de preço.
- 14.11.4. ANEXO IV – Decreto 42/2023 – PGMP

Parintins/AM, 30 de abril de 2026.

Amauri Marinho Farias
Presidente da Comissão de Licitação
Decreto 029/2023PGMP



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMAD
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Objeto

- 1.1. EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO DE EVENTOS PARA ATENDER AS SECRETARIAS, em atendimento à Prefeitura de Parintins.
- 1.2. Especificação dos objetos e quantitativos encontra-se no Anexo I deste Termo de Referência.
- 1.3. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos da Lei Federal nº 14.133/2021.

Da quantidade

- 1.4. A descrição da quantidade encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

Vigência e assinatura

- 1.5. O prazo de vigência da contratação é de 12 MESES contados do (a) ordem de assinatura da ATA.
- 1.6. O Instrumento Contratual oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da ata.

Do reajuste, alteração ou atualização dos preços

- 1.7. Os preços poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços, nas seguintes situações:
 - 1.7.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
 - 1.7.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços;
 - 1.7.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
 - 1.7.4. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMAD
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

1.7.5. Repactuação será admitida exclusivamente para variação comprovada de custos de mão de obra, quando aplicável.

1.7.6. Decorrido 01 (UM) ano de vigência da Ata de Registro de Preços ou do Contrato e havendo prorrogação da(o) mesma(o), poderá ser concedido reajuste, adotando-se o IPCA, ou outro índice econômico que vier a substituí-lo.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 Aplica-se a Lei Geral de Licitações e Contratos Administrativos (Lei Federal Nº 14.133/2021).

2.2 A descrição da necessidade encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO.

3.1.A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 A contratada deverá comprovar capacidade operacional compatível com a execução do objeto, incluindo a disponibilização de recursos humanos qualificados, equipamentos, estruturas e meios logísticos necessários ao atendimento das demandas.

Deverá, ainda, demonstrar aptidão para execução simultânea de serviços, considerando a possibilidade de ocorrência de eventos em datas e locais distintos.

Em razão das particularidades geográficas do Município de Parintins, com acesso predominantemente fluvial e aéreo, a contratada deverá possuir planejamento logístico capaz de assegurar o cumprimento dos prazos e locais definidos pela Administração, inclusive em áreas urbanas e rurais de difícil acesso.

Requisitos Técnicos

A contratada deverá:

- Disponibilizar estruturas e equipamentos em perfeito estado de conservação, funcionamento e segurança;
- Realizar transporte, montagem, instalação, operação, desmontagem e retirada dos equipamentos e estruturas;
- Disponibilizar equipe técnica qualificada para execução e acompanhamento dos serviços;
- Garantir suporte técnico durante toda a realização dos eventos;
- Executar serviços de arbitragem, apoio operacional e demarcação esportiva conforme padrões técnicos aplicáveis;
- Observar normas técnicas pertinentes a cada tipo de estrutura, equipamento ou modalidade esportiva.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMAD
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

Requisitos de Segurança

A execução dos serviços deverá observar integralmente as normas de segurança aplicáveis, devendo a contratada:

- Apresentar responsável técnico habilitado, quando aplicável, no momento da contratação;
- Emitir Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) relativa às estruturas e instalações;
- Apresentar laudos técnicos de estabilidade estrutural, quando exigido;
- Cumprir as Normas Regulamentadoras pertinentes, especialmente:
 - NR 10 – Segurança em instalações e serviços em eletricidade;
 - NR 35 – Trabalho em altura;
- Fornecer e exigir o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) por sua equipe;
- Garantir condições seguras para trabalhadores, participantes e público em geral.

Normas Legais e Regulamentares Aplicáveis

A execução contratual deverá observar a legislação vigente, especialmente:

- Decreto Municipal nº 072/2023;
- Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos);
- Lei nº 14.597/2023 (Lei Geral do Esporte);
- Código de Trânsito Brasileiro – Lei nº 9.503/1997, no que couber;
- Normas técnicas de entidades reguladoras e federações esportivas;
- Legislação municipal aplicável à realização de eventos;
- Normas de segurança e saúde no trabalho.

O atendimento a tais normativos é indispensável para garantir a legalidade, segurança e regularidade dos serviços prestados.

Requisitos Legais e de Regularidade

A contratada deverá:

- Possuir alvará de funcionamento vigente;
- Manter regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária durante toda a execução contratual;
- Atender às exigências legais e regulatórias aplicáveis ao objeto;
- Providenciar autorizações, licenças ou comunicações obrigatórias para execução dos serviços, quando exigidas.

Padrões de Qualidade

Os serviços deverão ser executados observando padrões mínimos de qualidade, assegurando:

- Funcionamento adequado e contínuo dos equipamentos;
- Correta aplicação das regras esportivas oficiais;
- Organização e execução eficiente dos eventos;
- Segurança dos participantes e do público;



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMAD
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

- Cumprimento dos prazos estabelecidos pela Administração.

Os requisitos definidos observam os princípios da proporcionalidade e da competitividade, limitando-se ao estritamente necessário para a adequada execução do objeto.

Critérios de Acessibilidade

Sempre que aplicável, deverão ser observadas condições de acessibilidade nos eventos realizados em espaços públicos, garantindo o acesso de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, em conformidade com a legislação vigente.

Critérios de Sustentabilidade

A execução contratual deverá observar, sempre que possível, práticas sustentáveis, tais como:

- Uso racional de materiais e insumos;
- Adequada destinação de resíduos gerados;
- Adoção de medidas que reduzam impactos ambientais durante a realização dos eventos.

Tais diretrizes estão alinhadas às boas práticas de sustentabilidade nas contratações públicas.

Exigência de Preposto

A exigência de designação de preposto com disponibilidade de atendimento no Município de Parintins durante a execução contratual fundamenta-se na natureza operacional dos serviços a serem contratados, os quais envolvem a locação de estruturas, montagem, desmontagem, instalação, desinstalação, suporte técnico e acompanhamento presencial em eventos institucionais promovidos pelas diversas Secretarias Municipais.

A execução contratual ocorrerá de forma parcelada e sob demanda, por meio de solicitações sucessivas ao longo da vigência da Ata de Registro de Preços, envolvendo eventos de diferentes portes e características, o que exige acompanhamento contínuo e comunicação direta entre a contratada e a fiscalização do contrato.

A necessidade de preposto com disponibilidade local decorre dos seguintes fatores técnicos e operacionais:

- Necessidade de coordenação presencial das atividades de montagem e desmontagem, garantindo o cumprimento dos prazos estabelecidos pela Administração;
- Necessidade de resposta imediata a ocorrências técnicas, tais como falhas em equipamentos, ajustes estruturais ou adequações de segurança;
- Necessidade de interlocução permanente com os fiscais do contrato, possibilitando o adequado acompanhamento da execução dos serviços;
- Necessidade de atendimento a demandas emergenciais, comuns em eventos institucionais sujeitos a alterações de cronograma, condições climáticas ou ajustes logísticos;



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMAD
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

- Necessidade de verificação técnica das estruturas instaladas, visando garantir condições adequadas de segurança para servidores e participantes dos eventos.

Destaca-se ainda que o Município de Parintins apresenta características logísticas específicas, com acesso predominantemente fluvial e aéreo, o que pode impactar diretamente os prazos de deslocamento de equipes técnicas. Nesse contexto, a existência de preposto com disponibilidade local contribui para a redução de riscos operacionais e atrasos na execução contratual, assegurando maior eficiência na prestação dos serviços.

A exigência encontra respaldo no art. 117 da Lei nº 14.133/2021, que prevê a atuação do gestor e fiscais do contrato em conjunto com representante da contratada, sendo o preposto o responsável pela interlocução operacional durante a execução contratual.

Ressalta-se que a exigência de preposto não implica obrigatoriedade de instalação de sede ou filial no Município, podendo a contratada designar profissional responsável após a assinatura do contrato ou da Ata de Registro de Preços.

Dessa forma, a exigência de preposto com disponibilidade no Município caracteriza-se como medida tecnicamente necessária e proporcional, não configurando restrição à competitividade, mas sim instrumento destinado a assegurar a adequada execução contratual e o atendimento ao interesse público, em conformidade com os princípios da eficiência e da razoabilidade previstos na Lei nº 14.133/2021.

Subcontratação

Nos termos do art. 122 da Lei nº 14.133/2021, será admitida **subcontratação parcial**, limitada a até 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, desde que previamente autorizada pela Administração e que não recaia sobre a parcela principal do objeto.

Serviços passíveis de subcontratação (parcela acessória):

Poderão ser subcontratados, de forma parcial e dentro do limite estabelecido, os seguintes serviços de natureza acessória ou complementar:

- Suporte logístico (transporte de equipes, materiais e equipamentos);
- Fornecimento e manutenção de banheiros químicos;
- Locação de equipamentos específicos complementares.
- Serviços auxiliares de apoio operacional, tais como:
 - Limpeza e conservação pós-evento;
 - Apoio logístico não essencial à execução principal;
- Serviços de alimentação destinados às equipes técnicas envolvidas na execução contratual.

Serviços vedados à subcontratação (parcela principal)

É expressamente vedada a subcontratação dos serviços que constituem o núcleo técnico e a parcela principal do objeto, incluindo:



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMAD
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

- Planejamento, coordenação e gestão geral dos eventos;
- Execução integrada dos serviços contratados;
- Montagem e desmontagem das estruturas principais;
- Operação dos sistemas essenciais de som, iluminação e demais equipamentos críticos;
- Organização e condução das competições esportivas;
- Gestão das equipes operacionais envolvidas na execução;
- Designação e atuação do preposto;
- Interlocução com a Administração e responsabilidade pela execução contratual.

A subcontratação deverá observar as seguintes condições:

- Prévia comunicação e autorização formal da Administração;
- Comprovação da capacidade técnica da subcontratada, quando aplicável;
- Manutenção da responsabilidade integral da contratada pela execução do contrato;
- Vedação de subcontratação em cadeia (subcontratação da subcontratada).

A subcontratação não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, que permanecerá integralmente responsável pela execução do objeto, nos termos do art. 122 da Lei nº 14.133/2021.

MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

A execução do objeto dar-se-á sob o regime de **execução indireta, sob demanda**, mediante solicitações formais da Administração, conforme necessidade dos eventos institucionais e esportivos promovidos pelo Município.

Os serviços deverão ser prestados de forma **integrada, contínua, coordenada e tecnicamente assistida**, abrangendo todas as etapas necessárias à plena realização dos eventos, desde o planejamento até a desmobilização final.

A execução contratual observará rigorosamente os princípios da eficiência, continuidade do serviço público e adequação técnica, nos termos do art. 11 da Lei nº 14.133/2021.

A Administração formalizará a solicitação dos serviços por meio de Ordem de Serviço (OS), ou Instrumento equivalente

Devendo conter, no mínimo tipo de evento; local de realização; data(s) e horário(s); porte do evento (pequeno, médio ou grande); serviços e estruturas demandadas; quantitativos estimados.

A contratada deverá observar os seguintes prazos mínimos:

- **Eventos de grande porte:** antecedência mínima de 10 (dez) dias corridos;
- **Eventos de médio porte:** antecedência mínima de 05 (cinco) dias corridos;
- **Eventos de pequeno porte:** antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

Situações excepcionais poderão ser demandadas em prazo inferior, desde que devidamente justificadas pela Administração.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMAD
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

Recebida a Ordem de Serviço, a contratada deverá apresentar, quando solicitado:

- Plano de execução;
- Cronograma detalhado de montagem e desmontagem;
- Plano logístico (transporte de equipes e equipamentos);
- Dimensionamento das equipes técnicas;
- Indicação do preposto responsável.

Para a Mobilização, compreende:

- Transporte de equipamentos, estruturas e equipes;
- Alocação de recursos humanos;
- Preparação logística para atendimento do evento.

Para Montagem e Instalação, a contratada deverá:

- Realizar montagem completa das estruturas;
- Instalar equipamentos de som, iluminação e energia;
- Executar demarcações esportivas, quando aplicável;
- Garantir conformidade com normas técnicas e de segurança.

A montagem deverá ser concluída com antecedência mínima suficiente para testes operacionais.

Antes do início do evento, deverão ser realizados:

- Testes de funcionamento de equipamentos;
- Verificação de estabilidade estrutural;
- Checagem de sistemas elétricos e de segurança.

Durante o evento, a contratada deverá:

- Manter equipe técnica em regime de prontidão;
- Operar equipamentos de forma contínua;
- Executar serviços esportivos (arbitragem, apoio, etc.);
- Garantir suporte imediato em caso de falhas;
- Assegurar a segurança operacional.

É obrigatória a presença do **preposto no local do evento** durante toda a execução.

Após o evento, a contratada deverá:

- Desmontar todas as estruturas;
- Retirar equipamentos e materiais;
- Realizar limpeza da área, quando aplicável;
- Restabelecer as condições originais do local.

Os serviços poderão ser executados:



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMAD
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

- Na zona urbana e rural do Município;
- Em comunidades de difícil acesso;
- Em locais com acesso fluvial, terrestre ou misto;
- Em múltiplos pontos simultaneamente.

A contratada deverá possuir capacidade logística compatível com essas condições.

A execução poderá ocorrer:

- Em dias úteis, finais de semana e feriados;
- Em horários diurnos e noturnos;
- De forma contínua, conforme a natureza do evento.

A contratada deverá garantir disponibilidade integral para atendimento.

MODELO DE ACIONAMENTO E MEDIÇÃO

A medição dos serviços será realizada com base na execução efetiva, devidamente comprovada, atestada pelo fiscal do contrato e vinculada à respectiva Ordem de Serviço.

Somente serão considerados para pagamento os serviços que atendam cumulativamente:

- à solicitação formal da Administração;
- à execução integral ou proporcional validada;
- aos padrões técnicos e operacionais definidos no Termo de Referência.

A medição observará rigorosamente as unidades definidas no TR, tais como:

- diária;
- jogo;
- evento;
- unidade instalada.

Somente serão pagos os serviços:

- Efetivamente executados;
- Devidamente atestados pelo fiscal do contrato;
- Em conformidade com a Ordem de Serviço.

A contratada deverá:

- Executar os serviços com meios próprios;
- Disponibilizar equipe qualificada;
- Fornecer todos os insumos necessários;
- Garantir funcionamento contínuo dos equipamentos;
- Substituir imediatamente qualquer item defeituoso;
- Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos;



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMAD
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

- Manter preposto disponível durante toda a execução.

A execução será acompanhada por gestor e fiscais designados, conforme art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

Serão adotados os seguintes mecanismos de controle:

- Registro de Ordens de Serviço;
- Relatórios de execução;
- Checklists de montagem e operação;
- Registro de ocorrências;
- Atesto formal dos serviços.

CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços somente serão considerados **aceitos para fins de medição e pagamento** quando comprovadamente executados em conformidade com:

- As especificações técnicas do Termo de Referência;
- A Ordem de Serviço emitida;
- As normas legais e regulamentares aplicáveis;
- Os padrões mínimos de qualidade, segurança e desempenho exigidos.

A aceitação dos serviços ocorrerá mediante **atesto formal do fiscal do contrato**, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

A aceitação estará condicionada ao atendimento **cumulativo** dos seguintes critérios:

Conformidade Técnica

Os serviços deverão:

- Atender integralmente às especificações técnicas previstas no Termo de Referência;
- Respeitar dimensões, capacidades, materiais e padrões definidos;
- Observar normas técnicas aplicáveis (ABNT, normas de segurança, regulamentos esportivos, etc.);
- Apresentar funcionamento pleno e contínuo dos equipamentos e estruturas.

Não conformidade técnica implica rejeição do serviço; ou aceitação parcial com glosa proporcional.

Qualidade da Execução

Será considerada satisfatória a execução que:

- Apresentar acabamento adequado e compatível com o porte do evento;
- Demonstrar organização, estabilidade e funcionamento regular;
- Não apresentar falhas visíveis, improvisações ou soluções precárias;



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMAD
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

- Assegurar desempenho compatível com o uso pretendido.

Segurança Operacional

A aceitação dependerá da comprovação de que:

- Todas as estruturas e instalações encontram-se seguras e estáveis;
- Foram observadas as Normas Regulamentadoras aplicáveis (NR-10, NR-35, entre outras);
- Os equipamentos possuem aterramento e proteção adequados;
- A equipe utiliza Equipamentos de Proteção Individual (EPIs);
- Não há risco à integridade física de usuários, trabalhadores ou público.

Risco à segurança implica em rejeição imediata do serviço; suspensão da execução até regularização.

Cumprimento de Prazos

Os serviços deverão observar rigorosamente:

- Prazos de mobilização;
- Prazos de montagem e instalação;
- Início e término da operação;
- Desmontagem e desmobilização.

Situações de não aceitação:

- Atraso que comprometa o evento;
- Montagem incompleta no horário previsto;
- Indisponibilidade de estrutura no momento do uso.

Execução Integral da Ordem de Serviço

A aceitação está condicionada à execução integral da Ordem de Serviço, incluindo:

- Todos os itens solicitados;
- Quantitativos definidos;
- Serviços acessórios necessários à plena execução.

Execução parcial ensejará glosa proporcional; poderá caracterizar falha contratual.

Funcionamento Durante o Evento

Será condição essencial para aceitação:

- Operação contínua dos equipamentos;
- Presença de equipe técnica durante todo o evento;



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMAD
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

- Atendimento imediato a falhas;
- Ausência de interrupções injustificadas.

Interrupções ou falhas:

- Poderão gerar glosa proporcional ao tempo de inoperância;
- Ou rejeição total, conforme gravidade.

Evidências de Execução

A aceitação estará condicionada à apresentação de evidências, tais como:

- Registros fotográficos;
- Relatórios de execução;
- checklists de montagem e operação;
- Súmulas esportivas (quando aplicável);
- Registros de transporte e logística.

Validação pelo Fiscal do Contrato

O fiscal deverá:

- Verificar in loco a execução dos serviços;
- Confrontar execução com a Ordem de Serviço;
- Registrar eventuais não conformidades;
- Emitir atesto formal, parcial ou total.

O atesto:

- Não exime a contratada de responsabilidade;
- Não impede aplicação de sanções posteriores, se constatadas irregularidades.

Refazimento e Correções

A contratada deverá:

- Corrigir, às suas expensas, quaisquer falhas identificadas;
- Substituir equipamentos ou estruturas inadequadas;
- Refazer serviços rejeitados, sem ônus adicional para a Administração.

5. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

5.1.O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMAD
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

- 5.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 5.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica, oficial, para esse fim.

Fiscalização

- 5.4. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).
- 5.5. Cada Secretaria designará um responsável pela fiscalização e acompanhamento dos serviços

Fiscalização Técnica

- 5.6. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 5.7. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º)
- 5.8. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 5.9. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 5.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 5.11. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual Gestor do Contrato.

Gestor do Contrato

- 5.12. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMAD
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

- 5.13. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 5.14. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 5.15. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 5.16. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso
- 5.17. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 5.18. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6. CRITÉRIOS PARA PAGAMENTO

Condições Gerais de Pagamento

- 1.1. Os pagamentos serão efetuados após a regular liquidação da despesa, mediante apresentação da documentação comprobatória da execução do serviço e da respectiva Nota Fiscal.
- 1.2. O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da conclusão da liquidação da despesa, por meio de ordem bancária para conta indicada pela empresa contratada.
- 1.3. Por ocasião do pagamento serão efetuadas as retenções tributárias previstas na legislação vigente.
- 1.4. Empresas optantes pelo Simples Nacional poderão ser dispensados de determinadas retenções tributárias, mediante apresentação de documentação comprobatória da opção pelo regime tributário.

Retenção ou Glosa



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMAD
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

- 1.1. Será aplicada retenção ou glosa proporcional ao valor devido, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis, caso a empresa contratada:
 - 1.1.1. não atenda às demandas autorizadas mediante Ordem de Serviço;
 - 1.1.2. não execute os serviços demandados ou os execute em desacordo com as especificações estabelecidas;
 - 1.1.3. execute os serviços com qualidade inferior ao padrão exigido pela Administração;
 - 1.1.4. deixe de disponibilizar os profissionais, equipamentos ou recursos necessários à execução do serviço ou os utilize em quantidade ou qualidade inferior à demandada;
 - 1.1.5. descumpra procedimentos operacionais estabelecidos neste Termo de Referência ou nas Ordens de Serviço emitidas pela Administração.

Faturamento

O pagamento ocorrerá sob o regime de execução sob demanda + medição por serviços efetivamente realizados

A contratada deverá emitir fatura/nota fiscal detalhada, correspondente exclusivamente aos serviços efetivamente executados e devidamente atestados, com vinculação direta às respectivas Ordens de Serviço.

Forma de Medição

O pagamento é estruturado por **unidade de execução**, conforme o tipo de serviço:

- Estruturas e equipamentos → por **diária instalada e operante**
- Serviços técnicos → por **equipe/diária**
- Arbitragem → por **jogo realizado**
- Apoio operacional → por **evento/jogo**
- Transporte → por **diária de veículo**
- Demais serviços → conforme unidade definida no TR

Conteúdo obrigatório da fatura

A fatura deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

Identificação do serviço: descrição clara e padronizada do serviço executado, conforme os itens contratados - locação de estrutura, sonorização, iluminação, arbitragem, apoio operacional, transporte, demarcação, entre outros.

Identificação do evento: nome do evento institucional, esportivo ou atividade atendida, com indicação do porte (pequeno, médio ou grande), quando aplicável.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMAD
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

Dados de execução: data(s) de realização, horário(s) de execução quando aplicável, e local(is) de realização com identificação da comunidade ou espaço público utilizado, distinguindo zona urbana de zona rural.

Quantitativos executados: quantidade de serviços prestados conforme a unidade de medida contratada - diária, evento, jogo, unidade instalada ou outra prevista no Termo de Referência.

Valores: valor unitário por item, valor total por item e valor global da fatura.

Identificação da Ordem de Serviço: número e data da(s) Ordem(ns) de Serviço vinculada(s) à execução faturada.

Documentação de suporte

A fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada dos seguintes documentos comprobatórios:

Ordens de Serviço emitidas pela(s) unidade(s) demandante(s);

Relatórios de execução detalhando os serviços realizados por evento;

Registros operacionais e logísticos, compreendendo registros fotográficos das etapas de montagem, execução e desmontagem, checklists de instalação e operação, súmulas ou registros de partidas nos casos de eventos esportivos, trajeto realizado com horários de saída e retorno, e validação pelo fiscal; e

Atesto formal do fiscal do contrato quanto à regular execução dos serviços.

Conferência e validação

A Administração conferirá a fatura verificando a compatibilidade entre as Ordens de Serviço emitidas, os serviços efetivamente executados, os relatórios apresentados, os registros de fiscalização e os critérios de medição definidos no contrato. A validação observará os princípios da rastreabilidade, materialidade e aderência à execução real, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

Identificadas inconsistências - tais como divergência de quantitativos, ausência de comprovação documental, execução parcial ou inadequada, ou serviços não autorizados - a fatura será devolvida à contratada acompanhada de relatório que indique, de forma clara e objetiva, as irregularidades constatadas. A contratada deverá reapresentá-la devidamente corrigida, hipótese em que o prazo para pagamento será reiniciado a partir da data da reapresentação regular da documentação, sem incidência de encargos por atraso enquanto pendente a regularização.

Condições para pagamento

O pagamento somente será processado após a validação integral da fatura, o atesto definitivo pelo fiscal do contrato, a verificação da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da contratada e a confirmação da conformidade com os critérios de medição e aceitação dos serviços. Nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021, o pagamento está condicionado à efetiva execução do objeto.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMAD
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

O pagamento dos serviços de arbitragem está condicionado à efetiva realização da partida. Na hipótese de não realização do jogo, não haverá pagamento, salvo quando comprovado o comparecimento da equipe de arbitragem e a disponibilidade para execução, desde que o cancelamento não seja imputável à contratada, hipótese em que poderá ser admitido pagamento parcial, conforme critérios definidos pela Administração e atestados pelo fiscal do contrato

Vedação de faturamento indevido

É vedado o faturamento de serviços não executados, de serviços executados sem Ordem de Serviço, de quantitativos superiores aos efetivamente realizados e de itens em desacordo com as especificações contratuais. O descumprimento poderá ensejar glosa integral, aplicação de sanções administrativas e responsabilização da contratada.

Liquidação

- 6.1. Com o empenho formalizado, a empresa contratada deverá emitir a respectiva Nota Fiscal referente aos serviços executados.
- 6.2. O processo de liquidação observará o prazo de até 10 (dez) dias úteis, prorrogável por igual período, conforme o art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
- 6.3. A conferência da Nota Fiscal incluirá, no mínimo:
 - 6.3.1. Data de emissão;
 - 6.3.2. Identificação da ata de registro de preço;
 - 6.3.3. Número do empenho;
 - 6.3.4. Órgão contratante;
 - 6.3.5. Período de execução dos serviços;
 - 6.3.6. Valor a pagar;
 - 6.3.7. Retenções tributárias aplicáveis.
- 6.4. Em caso de erro ou irregularidade na documentação apresentada, a liquidação será suspensa até a regularização, sem gerar ônus à Administração.
- 6.5. A Nota Fiscal deverá estar acompanhada da comprovação de regularidade fiscal da contratada, mediante consulta ao SICAF ou documentação equivalente, conforme o art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
- 6.6. Persistindo irregularidades, a empresa contratada será notificado oficialmente para regularização ou apresentação de defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período.
- 6.7. Persistindo a condição irregular, poderão ser adotadas as medidas previstas no art. 158 da Lei nº 14.133/2021, inclusive rescisão contratual e aplicação das sanções administrativas cabíveis.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMAD
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO.

- 7.1.O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO – REGISTRO DE PREÇO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR LOTE.
- 7.2.O fornecimento do objeto será parcelado, conforme demanda.
- 7.3.Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

- 7.4.Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 7.5.Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 7.6.Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 7.7.Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 7.8.Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 7.9.Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 7.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 7.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 7.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMAD
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 7.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 7.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 7.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 7.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 7.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 7.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 7.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 7.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 7.21. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
- 7.22. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:
 - 8.22.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) iguais ou superiores a 1 (um);
 - 8.22.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMAD
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

- 8.22.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- 8.22.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

Qualificação Técnica

- 7.23. Atestado ou certidões fornecidas por pessoa de direito público ou privado, que comprove que a licitante forneceu ou está fornecendo de maneira satisfatória e a contento ao materiais de natureza e vulto similares ao objeto da presente licitação.
- 7.24. O(s) atestado(s) deve(m) ser emitido(s) em papel timbrado do órgão/empresa de origem, com assinatura e identificação do responsável pelas informações atestadas.
- 7.25. Será admitida, para fins de comprovação 01 ou mais atestados de capacidade técnica, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado que comprovem a prestação do serviço conforme a descrição a seguir:
- 7.25.1. Para todos os lotes serão aceitos atestados de serviços prestados em eventos de porte regional e local.
- 7.25.2. Nos casos em que seja imprescindível o profissional técnico especializado junto ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia –CREA, e blaster pirotécnico com carteira, somente será exigido que faça parte do quadro de funcionário da licitante no momento da contratação dos serviços, mas a licitante deverá apresentar disposição de disponibilidade do profissional para a contratação futura, o profissional detentor das ART's apresentadas.
- 7.25.3. Lotes 2, 3, 4, 5 e 6 - Para o Fornecimento e Montagem de Arquibancada, Palco, Camarote, Tendras, stand e Camarins: Registro junto ao CREA, com a indicação do registro do Engenheiro ou Técnico responsável pelo acompanhamento dos serviços;
- 7.25.4. Lotes 7,8, 9, 12 - Para o Fornecimento e Montagem de Som e iluminação, painéis de led e geradores: Inscrição ou registro da empresa e dos seus responsáveis técnicos, junto ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA competente da região a que estiver vinculada a licitante, para os lotes especificados neste Termo de Referência;
- 7.25.5. Lote 14 – Para realização de show pirotécnico – Profissional com carteira de licença blaster pirotécnico;
- 7.25.6. A licitante deverá apresentar, também, a(s) Anotação (ões) de Responsabilidade Técnica (ART), a qual deverá referir-se aos serviços efetivamente prestados de acordo com o Atestados de Capacidade Técnica;



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMAD
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

7.26. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DO CONTRATADO

Obrigações do Contratante:

- 8.1. Efetuar o pagamento relativo ao objeto contratado efetivamente realizado, de acordo com as cláusulas do respectivo contrato ou outros instrumentos hábeis.
- 8.2. Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do objeto da presente contratação, nos termos do correspondente instrumento de ajuste.
- 8.3. Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos materiais, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades pactuadas e preceitos legais
- 8.4. Outras obrigações estabelecidas e relacionadas na Minuta do Contrato ou instrumento equivalente.

Obrigações do Contratado:

- 8.5. Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado.
- 8.6. Substituir, arcando com as despesas decorrentes, os materiais que apresentarem defeitos, alterações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento de ajuste pactuado, ainda que constatados somente após o recebimento ou pagamento.
- 8.7. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização do Contratante.
- 8.8. Manter, durante a vigência do contrato ou outros instrumentos hábeis, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo processo licitatório, conforme o caso, apresentando ao Contratante os documentos necessários, de imediato sempre que solicitado.
- 8.9. Emitir Nota Fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que efetivamente participou do certame e conseqüentemente apresentou a documentação exigida na fase de habilitação.
- 8.10. Executar todas as obrigações assumidas sempre com observância do fornecimento eficaz, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes.
- 8.11. Outras obrigações estabelecidas e relacionadas na Minuta do Contrato ou instrumento equivalente.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMAD
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. O licitante ou o Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções:

9.1.1. Advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.1.2. Multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; até o limite de 20%.

9.1.3. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155;

9.1.4. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo de dois anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.1.5. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de cinco anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156;

9.1.6. Aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.

9.2. Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 (quinze) dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O valor estimado para a contratação é de R\$ 38.852.869,93 (trinta e oito milhões, oitocentos e cinquenta e dois mil, oitocentos e sessenta e nove reais e noventa e três centavos).

ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. Por se tratar de Sistema de Registro de Preços as despesas decorrentes desta contratação correrão à conta dos recursos consignados no orçamento para os exercícios alcançados pelo prazo de validade da Ata de Registro de Preços, cujos programas de trabalho e elemento de



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMAD
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

despesas específicas serão informados tempestivamente pelos Secretários (as) de cada pasta, conforme dispõe o Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, art. 17, a indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil.

Após análise, aprovo este Termo de Referência, considerando que do mesmo constam os elementos capazes de propiciar a avaliação do custo/benefício, para atender às demandas da Administração.

Parintins, 09 de abril de 2025.

Rozenilce Santos César

Secretária Municipal de Cultura e Economia Criativa
Decreto nº 102/2025 – PGMP

Christiane Garcia de Jesus

Secretária Municipal de Administração, Inovação e Empreendedorismo - SEMAD
Decreto nº 026/2026 – PGM

ANEXO TERMO DE REFERENCIA

LOTE 01: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOGÍSTICA, ORGANIZAÇÃO, RODEIO, FEIRAS E EXPOSIÇÕES						
Nº	ITEM	UN	CARACTERÍSTICAS	QUANT	VALOR DE REFERENCIA	VALOR TOTAL
1	Logística de jurados	DIÁRIA	Empresa especializada em serviços logística de jurados inclusos, transporte aéreo ORIGEM/MAO/PIN/PIN/MAO/ORIGEM, hospedagem, alimentação, locação de residência, transporte, pró labore, equipe de Seguranças, Chef de cozinha, Ajudante de cozinha, Arrumadeiras, Enfermeira.	12	142.500,00	1.710.000,00
2	Rodeio	DIÁRIA	Empresa especializada em serviços de rodeio com fornecimento de Arena, Bretes, Curral, touros, peões, Comentarista, Locutor, DJ.	3	360.000,00	1.080.000,00



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMA
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

3	Feiras e Exposições	DIÁRIA	Empresa especializada em organização de feiras e exposições, fornecendo infraestrutura (stands, pavilhões, sinalização), logística de montagem/desmontagem, suporte técnico e equipe operacional.	18	250.000,00	4.500.000,00
				LOTE 01		7.290.000,00
LOTE 02: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COM MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA						
1	Bombeiro Civil	UN	Profissional habilitado, treinado em combate a incêndio, primeiros socorros, evacuação de emergência e uso de equipamentos de combate (extintores, mangueiras, maca). Equipe dimensionada conforme público	724	357,20	258.612,80
2	Serviço de Recepcionista	UN	Recepcionista: Profissional treinado para atendimento ao público, controle de acesso, informações gerais e suporte em credenciamento. Uniforme padronizado e postura profissional adequada.	1250	441,75	552.187,50
3	Segurança Não Armada	UN	Seguranças não armada: Prestação de serviço com profissionais treinados em controle de acesso, prevenção de incidentes, orientação de público e monitoramento de áreas de evento. Uniforme padronizado, comunicação via rádio e checklists de segurança.	1200	465,50	558.600,00
4	Arbitragem Futebol de Campo	Jogo	Fiscalização das regras, condução do jogo, tomada decisões finais sobre faltas, impedimentos, gols e disciplina (cartões). Autoridade máxima em campo.	690	250,00	172.500,00
5	Arbitragem Assistente (Bandeiras) Futebol de Campo	Jogo	Apoio à arbitragem central sinalizando impedimentos, saídas da bola, faltas laterais, escanteios e substituições.	1380	100,00	138.000,00
6	Arbitragem Modalidades Esportivas	Jogo	Fiscalização do cumprimento das regras oficiais das modalidades esportivas contratadas, compreendendo futsal, voleibol (quadra), futevôlei, vôlei de praia e handebol, incluindo a condução das partidas, controle do tempo de jogo (quando aplicável), validação de pontos ou gols, controle de rodízio, saques e substituições, verificação de infrações específicas de cada modalidade, aplicação de sanções disciplinares e registro de ocorrências.	393	150,00	58.950,00
7	Arbitragem Auxiliar	Jogo	Apoio à arbitragem principal na fiscalização do cumprimento das regras das modalidades esportivas	393	100,00	39.300,00



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMAD
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

	Modalidades Esportivas		contratadas, compreendendo futsal, voleibol (quadra), futevôlei, vôlei de praia e handebol, incluindo o controle de tempo de jogo (quando aplicável), registro de pontuação, controle de rodízio, saques e substituições, anotação de ocorrências, apoio na aplicação de sanções disciplinares e demais atividades operacionais necessárias ao regular andamento das partidas, em conformidade com as normas de cada modalidade.			
8	Arbitragem Federada Futebol de Campo	Jogo	Fiscalização das regras em jogos oficiais de maior relevância técnica (finais e intermunicipais), condução do jogo e tomada de decisões finais sobre faltas, impedimentos, gols e disciplina (cartões). Autoridade máxima em campo, com filiação ativa em federações (CBF/Federação Amazonense para futebol; federações estaduais para demais modalidades).	55	3.500,00	192.500,00
9	Arbitragem Federada Assistente Futebol de Campo	Jogo	Auxílio à arbitragem principal em jogos oficiais de maior relevância técnica (finais e intermunicipais), mediante fiscalização das regras aplicáveis em sua área de atuação, especialmente no controle de impedimentos, saídas de bola, escanteios, laterais e demais infrações correlatas, sinalizando ao árbitro principal por meio de instrumentos oficiais. Atua na validação de gols e apoio na aplicação de decisões disciplinares, conforme as normas da modalidade, exercendo função auxiliar essencial à condução da partida, com filiação ativa em federação oficialmente reconhecida, vinculada à Confederação Brasileira de Futebol ou entidade equivalente.	110	2.500,00	275.000,00
10	Arbitragem Federada Modalidades Esportivas	Jogo	Fiscalização do cumprimento das regras oficiais em jogos de maior relevância técnica (finais, etapas decisivas e competições intermunicipais) das modalidades esportivas contratadas, compreendendo futsal, voleibol (quadra), futevôlei, vôlei de praia e handebol, incluindo a condução das partidas, controle do tempo de jogo (quando aplicável), validação de pontos ou gols, aplicação de sanções disciplinares e tomada de decisões técnicas durante as partidas. Exercício de autoridade sobre a condução do	18	2.450,00	44.100,00



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMA
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

			jogo, com atuação conforme as normas oficiais de cada modalidade e exigência de filiação ativa em federações esportivas reconhecidas para a respectiva modalidade.			
11	Mesários Modalidades Esportivas	Jogo	Controle do tempo de jogo (quando aplicável) nas modalidades de futebol de campo e futsal, registro de ocorrências em súmula oficial (gols, faltas, cartões, substituições e demais eventos da partida) e apoio à equipe de arbitragem na organização administrativa e operacional do jogo, em conformidade com as normas de cada modalidade.	774	100,00	77.400,00
12	Cronometrista/controlador de placar	Jogo	Medição do tempo corrido/parado, sinalização de faltas técnicas, registro de pontos e acompanhamento da duração das prorrogações em vôlei, handebol e futevôlei.	132	100,00	13.200,00
13	Gandula	Jogo	Fornecimento de bolas aos árbitros e recolhimento das que saem de campo/quadra, mantendo-as disponíveis durante toda a partida.	1171	150,00	175.650,00
14	Limpeza de Campo/Quadra	Jogo	Serviço de varredura, remoção de detritos e limpeza das áreas esportivas antes e ao término de cada partida, garantindo segurança e condições adequadas de jogo.	1171	150,00	175.650,00
15	Demarcador Campos de Futebol	Por Campo	Demarcação de campos de futebol no padrão FIFA (100 m × 64 m = 6.400 m²/campo), incluindo demarcação inicial no início do calendário com pintura de linhas de fundo, laterais, meio-campo, área penal, grande área e círculo central.	15	3.000,00	45.000,00
16	Demarcador de Quadras de Vôlei de Praia	Por Área	Demarcação de quadras de vôlei de praia no padrão de 18 m × 9 m = 162 m²/área, incluindo linhas de fundo, laterais, zona de ataque, rede e espaço de segurança, com manutenção para resistência à areia e intempéries.	5	330,00	1.650,00
				LOTE 02		2.778.300,30
LOTE 03: CONTRATAÇÕES ARTÍSTICAS DE BANDAS LOCAIS						
1	Banda local completa (até 8 integrantes)	UN	Inclui vocalista(s), guitarra, baixo, bateria, teclado e metais básicos; repertório variado (populares e regionais); estrutura sonora própria ou fornecida; montagem, apresentação e desmontagem em até 30 minutos cada.	208	8.200,00	1.705.600,00
2	Cantor(a) solo local	UN	Repertório diversificado com interação pública; suporte instrumental próprio ou backtrack; performance em palco com microfone	198	3.520,00	696.960,00



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMAD
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

			e monitor; cumprimento estrito de cronograma.			
3	DJ local - Duração: 2h	UN	Repertório misto (eletrônico, pop, regional); equipamento completo (mesa, toca-discos/CDJ, caixas amplificadas); mixagem contínua com transições; adaptação a público local.	118	800,00	94.400,00
				LOTE 03		2.496.960,00
LOTE 04: LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS PARA EVENTOS						
1	Arquibancada sem cobertura	M	Estrutura metálica galvanizada com degraus e assentos em madeira, sem cobertura. Capacidade variável conforme dimensões e público. Inclui corrimãos e rodapés para segurança.	2620	195,00	510.900,00
2	Barricada de contenção	M²	Estrutura metálica de alta resistência, modelo “barreira tipo concerto”, utilizada em eventos para isolamento de áreas e proteção do público. Base dobrável e encaixe lateral.	1260	650,00	819.000,00
3	Box Truss P-30	M	Estrutura modular em alumínio, modelo P-30, com encaixes de alta precisão, ideal para montagem de palcos, pórticos, fachadas e suportes de iluminação. Alta resistência mecânica, acabamento em alumínio polido e sistema de travamento rápido.	4500	130,00	585.000,00
4	Box Truss P-50	M	Estrutura de alumínio reforçada, modelo P-50, indicada para eventos de grande porte. Possui alta capacidade de carga, travamento em pinos cônicos e acoplamentos de segurança. Acabamento anodizado e sistema modular.	2250	180,00	405.000,00
5	Climatizadores	UN	Climatizador evaporativo portátil, com reservatório de água, controle de velocidade, baixo consumo de energia e baixo nível de ruído. Estrutura em ABS reforçado, com rodízios para mobilidade.	1269	360,00	456.840,00
6	Grades em ferro	M²	Grade de contenção em ferro galvanizado, com soldas reforçadas, base de apoio estável e pintura anticorrosiva. Utilizada para controle de público, isolamento de áreas e segurança em eventos.	5144	36,00	185.184,00
7	Rádio Comunicador - Frequência VHF/UHF	UN	Aparelho de comunicação portátil, bateria recarregável, alcance mínimo de 3 km em área urbana, canais digitais e analógicos, proteção contra poeira e umidade.	1171	165,00	193.215,00



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMAD
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

8	Tablado forrado com carpete	M²	Estrado modular de madeira naval reforçada, estrutura metálica com pés reguláveis, revestido com carpete de alta densidade. Indicado para eventos, cerimônias e apresentações.	865	120,00	103.800,00
9	Montagem de praticáveis	M²	Plataformas modulares e desmontáveis, projetadas para criar elevações temporárias em espaços de eventos. Usadas para diversos fins, como palcos, arquibancadas, passarelas, áreas de circulação ou pontos de apoio para equipamentos	1300	420,00	546.000,00
				LOTE 03		3.804.939,00
LOTE 05: LOCAÇÃO DE BANHEIROS QUIMICOS						
1	Banheiro Químico	UN	Banheiro químico portátil, confeccionado em polietileno de alta densidade, resistente a intempéries, com reservatório de detritos, mictório, assento, porta com trava de segurança, sistema de ventilação, suporte para papel higiênico e piso antiderrapante. Inclui instalação, manutenção, limpeza periódica e recolhimento dos resíduos.	1656	420,00	695.520,00
2	Banheiro Químico com Acessibilidade	UN	Banheiro químico acessível, projetado conforme normas de acessibilidade (NBR 9050), com porta mais larga, rampa de acesso, barras de apoio laterais, espaço interno para manobra de cadeira de rodas, piso antiderrapante e ventilação. Possui reservatório químico independente, mictório e assento adaptado. Inclui instalação, manutenção, limpeza periódica e recolhimento de resíduos.	423	560,00	236.880,00
				LOTE 04		932.400,00
LOTE 06: LOCAÇÃO DE CAMARIM						
1	Camarim 4x4 -	DIÁRIA	Estrutura modular em perfis metálicos galvanizados, fechamento em painéis de MDF, divisórias internas, piso elevado revestido com carpete, iluminação interna com lâmpadas LED, tomadas elétricas e ventilação. Inclui porta com chave e espelho de parede.	14	3.913,00	54.782,00
2	Camarim 8x4 -	DIÁRIA	Camarim duplo ou ampliado, com estrutura metálica reforçada, divisórias internas, piso elevado revestido com carpete, iluminação completa (LED), pontos de energia, espelhos, mesas e cadeiras. Acabamento em PVC lavável.	12	5.372,17	64.466,04



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMAD
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

3	Camarim para estúdio em octanorm	DIÁRIA	Camarim estúdio em Octanorm para Estúdio de Transmissão Construído com perfis de alumínio Octanorm (geralmente 40 mm). Painéis de fechamento em PS branco, opacos e sem reflexo. Altura padrão entre 2,20 m e 2,50 m. Porta leve com fechadura simples ou trinco interno. Passagens técnicas previstas para cabos de energia, iluminação e internet.	10	9.262,50	92.625,00
				LOTE 05		211.873,04
LOTE 07: LOCAÇÃO DE CONTAINER CLIMATIZADO						
1	Container Climatizado - Padrão 20 (6M)	UN	Estrutura em aço corten de alta resistência, paredes com isolamento térmico (poliuretano ou lã termoacústica), revestimento interno em PVC , climatização por ar-condicionado tipo split, instalação elétrica embutida, portas metálicas com travamento reforçado, piso em compensado naval antiderrapante	30	4.750,00	142.500,00
2	Container Comum - Padrão 40 pés (12 M)	UN	Estrutura fabricada em aço corten de alta resistência mecânica e à corrosão, paredes e cobertura metálicas onduladas, piso em madeira tratada , portas duplas com travamento por barras verticais, alta durabilidade para uso externo, resistente a intempéries e impactos moderados	30	4.600,00	138.000,00
				LOTE 06		280.500,00
LOTE 08: LOCAÇÃO DE GERADORES						
1	Gerador de 186 kVA	UN	Gerador trifásico industrial, motor a diesel de alta performance, com sistema de controle eletrônico e painel digital Grupo gerador móvel Potência (kVA): 186 kVA Tensão:220V, 380V ou 440VTanque de combustível (litro): 200 L, Carenagem Silenciador: 85 dBA a 1,5mPeso (kg): 1374 Medida (comp./ larg./ alt.): 1925 / 1120 / 1361. Abastecimento dos geradores por conta do cliente.multifunção. Estrutura montada sobre base metálica com carenagem acústica.	14	11.100,00	155.400,00
2	Gerador 150 kVA	UN	Gerador trifásico a diesel, com carenagem acústica, sistema automático de controle e monitoramento de tensão e frequência. Montado em base metálica antivibração, com tanque de autonomia mínima de 8 horas.	10	8.800,00	88.000,00



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMAD
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

3	Gerador 250 kVA	UN	Grupo gerador móvel Potência (kVA): 250 kVA Tensão: 220V, 380V ou 440VTanque de combustível (litro): 200 L, Carenagem Silenciador: 85 dBA a 1,5mPeso (kg): 1374 Medida (comp./ larg./ alt.): 1925 / 1120 / 1361. Abastecimento dos geradores por conta do cliente. Gerador trifásico a diesel, super silencioso, com sistema de refrigeração a água, quadro de comando digital e proteção automática contra falhas elétricas. Autonomia mínima de 8 a 10 horas.	12	15.600,00	187.200,00
4	Gerador 45 kVA	UN	Gerador trifásico a diesel, montado em carenagem acústica (silencioso), com sistema de partida elétrica, tanque de combustível dimensionado para operação contínua, painel de controle digital e sistema de proteção contra sobrecarga.	4	5.600,00	22.400,00
				LOTE 08		453.000,00
LOTE 09: LOCAÇÃO DE MESAS E CADEIRAS PLÁSTICAS						
1	Cadeira Plástica sem Braços	UN	Cadeira monobloco fabricada em polipropileno injetado de alta resistência, modelo empilhável, sem braços. Acabamento liso, resistente a intempéries e fácil higienização. Ideal para uso em áreas internas e externas.	20534	6,00	123.204,00
2	Cadeira Tipo Poltrona Plástica	UN	Cadeira plástica tipo poltrona com braços, estrutura reforçada em polipropileno injetado de alta densidade. Design ergonômico para maior conforto, empilhável e de fácil transporte.	2200	6,00	13.200,00
3	Mesa Empilhável Plástica	UN	Mesa redonda ou quadrada fabricada em polipropileno de alta resistência, com tampo liso e estrutura firme, modelo empilhável para facilitar transporte e armazenamento.	3126	10,00	31.260,00
				LOTE 09		167.664,00
LOTE 10: LOCAÇÃO DE ITENS PARA DECORAÇÃO DE EVENTOS						
1	Banqueta Bistrô em Alumínio	UN	Designer em alumínio com encosto e assento, tecido em fibra sintética, tom natural medindo 1,10A x 0,50D	1920	320,00	614.400,00
2	Banqueta Bistrô em Madeira	UN	Designer em madeira maciça em tom natural resinada medindo 1,10A X 0,50D	486	420,00	204.120,00
3	Base De Ferro Com Flores	UN	Peça em ferro pintado utilizado como suporte rasteiro para flore medindo 0,20A x 0,30D	240	210,00	50.400,00



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMA
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

4	Cadeira Dior Cristal -	UN	Design elegante e atemporal, Encosto vazado característico, barras verticais finas	1200	360,00	432.000,00
5	Cadeira Tiffany Branca	UN	Design elegante e atemporal, Estrutura leve, resistente, Encosto vazado característico, barras verticais finas.	2720	210,00	571.200,00
6	Cesto de Fibra com Flores	UN	Peça confeccionada em fibra natural trançada medindo 0,25A x 030L	106	190,00	20.140,00
7	Cesto de Vime com Pampas	UN	Peça confeccionada em vime trançado, com aspecto natural, rústico, com flores pampas medindo 1,00A x 0,40L	72	180,00	12.960,00
8	Cilindros G	UN	Estrutura cilíndrica em compensado com base e topo circulares medindo 0,80A X 0,60D	204	620,00	126.480,00
9	Cilindros M	UN	Estrutura cilíndrica em compensado com base e topo circulares medindo - 0,60A X 0,50D	204	320,00	65.280,00
10	Cilindros P	UN	Estrutura cilíndrica em compensado com base e topo circulares medindo 0,60A X 0,40D	204	580,00	118.320,00
11	Lona Temática Oval	UN	Peça produzida em vinil ou poliéster estampado com impressão temática.- 2,20D X 1,00L	24	500,00	12.000,00
12	Lona Temática Redonda	UN	Peça produzida em vinil ou poliéster estampado com impressão temática.- 1,50cm x 1,50cm	16	480,00	7.680,00
13	Mesa Bistrô de Madeira	UN	Designer em madeira maciça, tom natural, resinada.	480	380,00	182.400,00
14	Mesa Bistrô Tampo de Vidro	UN	Estilo moderno e funcional, Tampo de vidro, Estrutura/base em alumínio, garantindo estabilidade e durabilidade.	480	310,00	148.800,00
15	Mesa Cilindro Ripado Rustico Tamanho G	UN	Designer em formato pilar em compensado, ripado com madeira em tom natural.	168	440,00	73.920,00
16	Mesa Cilindro Ripado Rustico Tamanho M	UN	Designer em formato pilar em compensado, ripado com madeira em tom natural.	120	460,00	55.200,00
17	Mesa Cilindro Ripado Rustico	UN	Ripado Rustico Tamanho P - 0,70A x 0,30D. Designer em formato pilar em compensado, ripado com madeira em tom natural.	120	440,00	52.800,00
18	Mesa de Autoridades -	UN	Designer específico, mesa em tampo de compensado e base em ferro pintado montável em quatro partes. 0,90A X 0,60L X 8,80C	148	560,00	82.880,00



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMAD
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

19	Mesa de Madeira com Ferro	UN	Designer em formato ampolheta com tampo em madeira natural e base de ferro pintado.1,00A x 0,65D	48	540,00	25.920,00
20	Mesa de Retangular	UN	Designer retangular todo em madeira, podendo ser utilizada como mesa de centro, mesa lateral ou peça decorativa. Madeira Caixote - 0,50L x 1,00C	48	620,00	29.760,00
21	Mesa Pilar Branca	UN	Base em formato pilar, Design clean e contemporâneo, estrutura firme.Tamanho G - 0,90A x 0,30D	180	580,00	104.400,00
22	Mesa Pilar Branca	UN	Base em formato pilar, Design clean e contemporâneo, estrutura firme.Tamanho M - 0,80A x 0,30D	180	580,00	104.400,00
23	Mesa Pilar Branca	UN	Base em formato pilar, Design clean e contemporâneo, estrutura firme. Tamanho P - 0,70A x 0,30D	180	560,00	100.800,00
24	Mesa Posta 10 lugares	UN	Jogo completo de mesa posta para 10 lugares, souplasts, pratos e talheres para refeição, pratos e talheres para sobremesa, copos e taças para bebidas, guardanapos de tecidos, arranjos de centros de mesa, toalha longa redonda, toalha cobre mancha quadrada, cadeiras de acrílico.10 lugares - 0,90A x 1,40D	120	800,00	96.000,00
25	Mesa Redonda Tampo de Compensado	UN	Designer arredondado com tampo em compensado grosso e base em ferro sanfonado, - 06 lugares - 0,90A x 1,20D	180	710,00	127.800,00
26	Mesa Redonda	UN	Designer arredondado com tampo em compensado grosso e base em ferro sanfonado. Medindo 0,90A x 1,40D 10 lugares	324	680,00	220.320,00
27	Mesa Retangular	UN	Designer retangular com tampo em compensado pintado ou forrado de tecido e base em ferro pintado. 1,00A x 0,40L e 1,50C	48	640,00	30.720,00
28	Mesa Retangular De Madeira	UN	Designer colonial todo em madeira maciça resinada 0,80A x 0,80L x 2,00C	48	630,00	30.240,00
29	Mesa Retangular de MDF	UN	Designer sofisticado com tampo em MDF branco e base em ferro pintado. 0,80A X 0,85L X 1,60C	48	580,00	27.840,00
30	Painel de Ferro	UN	Peça de ferro pintado com flores e ponta oval - 2,17A X 1,00L	78	440,00	34.320,00
31	Painel de Madeira	UN	Peça de madeira ponta oval forrada com tecido 2,20A x 1,00L	48	215,00	10.320,00



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMAD
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

32	Painel de Madeira Traçada	UN	Peça confeccionada com titas de madeira traçada - 2,20A x 1,20L	54	420,00	22.680,00
33	Painel Decorativo	UN	Peça em madeira forrada com folhagem sintética. Muro Inglês - 2,35A x 1,15L	74	410,00	30.340,00
34	Pedestais De Ferro Com Flores - G	UN	Peças versáteis usadas como suporte para arranjos florais, topo e base com diâmetro proporcional à altura, garantindo equilíbrio visual e estabilidade.	418	380,00	158.840,00
35	Pedestais De Ferro Com Flores - M	UN	Peças versáteis usadas como suporte para arranjos florais, topo e base com diâmetro proporcional à altura, garantindo equilíbrio visual e estabilidade.	408	160,00	65.280,00
36	Pedestais De Ferro Com Flores - P	UN	Peças versáteis usadas como suporte para arranjos florais, topo e base com diâmetro proporcional à altura, garantindo equilíbrio visual e estabilidade.	360	370,00	133.200,00
37	Poltrona Contemporânea 2 lugares	UN	Peça contemporânea, dois lugares, em madeira, espuma e forro de couro sintético preto.	48	420,00	20.160,00
38	Poltrona Contemporânea	UN	Peça contemporânea individual em madeira, espuma e forro de couro sintético preto. 1,00A x 0,70L	48	400,00	19.200,00
39	Poltrona Madeira Dourada	UN	Peça colonial em madeira dourada, espuma e forro em couro sintético bege - 0,95A x 0,70L	60	345,00	20.700,00
40	Pufs G	UN	Peça em madeira com assento em espuma, forrado em napa. Tamanho G - 0,50A x 50x50L	240	320,00	76.800,00
41	Pufs M	UN	Peça em madeira com assento em espuma, forrado em napa. Tamanho M - 0,50A x 40x40L	240	280,00	67.200,00
42	Pufs - P	UN	Peça em madeira com assento em espuma, forrado em napa, tamanho P 0,50A x 30x30L	240	240,00	57.600,00
43	Suporte para Doces G	UN	Peça decorativa e funcional utilizada para expor doces, cupcakes, bombons, brigadeiros, mini sobremesas e itens de confeitaria. G - 0,20A x 0,30C x 0,30C	190	180,00	34.200,00
44	Suporte para Doces M	UN	Peça decorativa e funcional utilizada para expor doces, cupcakes, bombons, brigadeiros, mini sobremesas e itens de confeitarias. M - 0,15A x 0,25C x 0,25C	180	160,00	28.800,00



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMAD
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

45	Suporte para Doces P	UN	Peça decorativa e funcional utilizada para expor doces, cupcakes, bombons, brigadeiros, mini sobremesas e itens de confeitarias. P - 0,10A x 0,20C x 0,20C	180	140,00	25.200,00
46	Toalha Branca Plissada	UN	Toalha de mesa confeccionada especialmente para mesa de autoridades, com caimento e acabamento plissado, que cria efeito elegante e volumoso. 0,90A x 0,60L x 8,80C	216	50,00	10.800,00
47	Toalha Cobre Mancha	UN	Toalha quadrada em cores variadas, confeccionadas especialmente para sobrepor as toalhas longas.	600	55,00	33.000,00
48	Toalha Longa Redonda	UN	Toalha redonda em cores variadas, confeccionadas especialmente para mesas grandes e amplas. 1,20C x 1,20C	600	60,00	36.000,00
49	Vaso De Porcelana Com Flores	UN	Peças refinadas em porcelana, estilo contemporâneo ou tradicional, servem de suportes para arranjos florais 3,50D	202	450,00	90.900,00
				LOTE 10		4.704.720,00
LOTE 11: LOCAÇÃO DE PAINÉIS DE LED						
1	Painel Led Outdoor	UN	Painel de LED modular de alta luminosidade (mínimo 6.000 nits), à prova d'água (IP65 frontal e IP54 traseiro), resolução mínima P5, estrutura metálica galvanizada, sistema de ventilação e controle de brilho automático.	15	16.000,00	240.000,00
2	Painel de Led 4x2	UN	Painel de LED outdoor com pitch ≤ P5, brilho ≥ 6.000 nits, taxa de atualização ≥ 3.840Hz, suporte em estrutura metálica com nivelamento e fixação segura.	60	16.000,00	960.000,00
3	Painel de Led 4x3	UN	Painel outdoor P4 ou superior, alto contraste e brilho, estrutura metálica de sustentação, controlador de vídeo, sistema de ventilação e proteção IP65.	26	17.000,00	442.000,00
4	Painel de Led 6x3	UN	Painel de LED outdoor de alta resolução (P5 ou superior), brilho ajustável, taxa de atualização mínima de 3.840Hz, com suporte metálico e cabeamento completo.	20	18.500,00	370.000,00
5	Painel de Led 6x5	UN	Painel modular outdoor com pitch P5 ou superior, brilho ≥ 6.000 nits, ângulo de visão 160°, estrutura metálica reforçada, controlador de vídeo e cabeamento completo.	26	18.620,00	484.120,00
				LOTE 11		2.496.120,00
LOTE 12: LOCAÇÃO DE TENDAS						



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMA
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

1	Tenda 10x10	UN	Estrutura modular reforçada em aço galvanizado, cobertura em lona vinílica branca antichamas, fechamento lateral com zíper, calhas de escoamento e sistema de fixação com sapatas metálicas.	60	2.200,00	132.000,00
2	Tenda 2x2	UN	Estrutura em alumínio anodizado, cobertura em lona PVC antichamas branca, fechamento opcional em laterais removíveis. Resistente a vento moderado e chuva leve.	1514	350,00	529.900,00
3	Tenda 3x3	UN	Estrutura em alumínio ou aço galvanizado, lona PVC branca antichamas 0,50mm, com fechamento lateral opcional e fixação por estacas ou pesos.	400	390,00	156.000,00
4	Tenda 4x4	UN	Estrutura tubular galvanizada, cobertura em lona PVC antichamas branca, com laterais opcionais e calhas para escoamento de água.	200	800,00	160.000,00
5	Tenda 5x5	UN	Estrutura metálica reforçada galvanizada, lona tensionada em PVC branco antichamas, fechamento lateral opcional e sistema de fixação com ancoragem metálica.	100	1.200,00	120.000,00
6	Tenda Pavilhão 12x20	UN	Estrutura treliçada em alumínio ou aço galvanizado, cobertura tensionada em lona PVC branca translúcida antichamas, fechamento lateral completo com painéis ou lonas zipadas.	4	25.250,00	101.000,00
7	Tenda Pavilhão 20x30	UN	Estrutura modular em alumínio reforçado, cobertura tensionada em lona vinílica antichamas, fechamento total com janelas e portas, sistema de calhas e piso nivelado opcional.	4	35.000,00	140.000,00
8	Tenda pavilhão 08x30	UN	Estrutura modular em alumínio reforçado, cobertura tensionada em lona vinílica antichamas, fechamento total com janelas e portas, sistema de calhas e piso nivelado opcional.	12	38.000,00	456.000,00
				LOTE 12		1.794.900,00
LOTE 13: LOCAÇÃO DE VEÍCULOS						
1	Trio Elétrico	DIÁRIA	Veículo automotor adaptado com sistema de som profissional, potência sonora ≥ 20.000 W RMS, geradores próprios ou conexão a rede elétrica, estrutura para DJs ou cantores, iluminação cênica integrada. Capacidade para até 50 pessoas	4	26.550,00	106.200,00
2	Van com 12 Lugares	DIÁRIA	Veículo automotor com 12 assentos, ar-condicionado, cinto de segurança em todos os bancos, revisado e com seguro vigente. Inclui motorista habilitado categoria D.	32	3.650,00	116.800,00



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMAD
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

3	Ônibus	Diária	Veículo automotor tipo ônibus, com capacidade superior a 50 passageiros, equipado com assentos estofados, ar-condicionado, cintos de segurança em todos os bancos, revisado e com seguro vigente. Inclui motorista habilitado categoria D.	152	2516,67	382.533,84
				LOTE 13		605.533,84
LOTE 14: MONTAGEM DE PALCOS						
1	Palco 10x8	DIÁRIA	Estrutura metálica galvanizada com piso em madeira naval antiderrapante, travamentos diagonais e escada de acesso lateral com corrimão. Capacidade de carga mínima de 500kg/m².	22	12.164,00	267.608,00
2	Palco 12x10	DIÁRIA	Palco modulado medindo 12mx10mx1,80m, duas águas, cobertura com 4m de altura do Piso do palco, Linóleo, escada de acesso e fechamento em tecido preto, uma house mix coberta medindo 4mx4mx0,50m com isolamento de cerca modulada, seis praticáveis medindo 2mx1mx0,50m para músicos e instrumentos, e duas estruturas para fly em Q30 de 8m de altura com praticáveis para sub"s, em alumínio, com parafusos 24". Inclui montagem completa, nivelamento e acabamento. Exige ART e responsável técnico habilitado.	12	18.358,00	220.296,00
3	Palco 14x15	DIÁRIA	Palco modulado duas águas, medindo 14mx15mx07, em estrutura de alumínio P-50 e P-30, piso em praticável de alumínio com compensado naval de 25 mm por 2 metros de altura, cobertura com lona acrílica ante chama, estrutura para içamento de caixas de som, estruturas para grid para iluminação cênica. Inclui montagem completa, nivelamento e acabamento. Exige ART e responsável técnico habilitado.	10	27.787,50	277.875,00
4	Palco 6x4	DIÁRIA	Palco uma água, coberto, estrutura metálica nas colunas e no teto, piso compensado naval de 18 mm, com altura mínima de 1,50 m em relação ao solo. PA. Pé direito do piso a menor medida do teto deverá estar com no mínimo 10 m. Inclui montagem, desmontagem e nivelamento. Deve possuir ART e seguir normas NR-18 e NBR 15575.	74	8.753,50	647.759,00



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMAD
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

5	Palco 8x6	DIÁRIA	Palco uma água, coberto, estrutura metálica nas colunas e no teto, piso compensado naval de 18 mm, com altura mínima de 1,50 m em relação ao solo. PA. Pé direito do piso a menor medida do teto deverá estar com no mínimo 10 m. Fechamento nas laterais e fundo com lona adequada na cor preta, rampa e escada de acesso nas laterais com corrimão em conformidade com as exigências do corpo de bombeiros militar. Utilizado para eventos médios. Necessário laudo técnico de estabilidade e segurança.	37	8.982,75	332.361,75
				LOTE 14		1.745.899,75
LOTE 15: MONTAGEM E LOCAÇÃO DE CAMAROTES						
1	Camarote 1 Piso 10x5	DIÁRIA	Camarote padrão simples, estrutura metálica galvanizada, fechamento em lona ou painel MDF, cobertura em lona reforçada, iluminação LED e piso elevado com carpete. Inclui escada de acesso e corrimão.	16	R\$ 7.800,00	R\$ 124.800,00
2	Camarote 1 Piso 20x5	DIÁRIA	Estrutura metálica modular, piso elevado, fechamento em lona vinílica reforçada, cobertura termo acústica, corrimão metálico, escada de acesso e piso revestido com carpete. Iluminação interna com refletores LED e tomadas elétricas.	16	R\$ 16.000,00	R\$ 256.000,00
3	Camarote 1 Piso 30x5	DIÁRIA	Estrutura metálica em aço galvanizado, com piso elevado em madeira naval, fechamento lateral em lona ou painel PVC, cobertura termo acústica, escada de acesso, corrimão metálico e revestimento interno. Inclui iluminação LED, tomadas elétricas, forração com carpete e fachada personalizada.	21	R\$ 24.000,00	R\$ 504.000,00
4	Camarote 2 Pisos 10x5	DIÁRIA	Estrutura de dois pisos com base metálica modular, fechamento em lona reforçada, piso em madeira naval, cobertura termo acústica, corrimão, escada de acesso, iluminação LED e piso forrado.	10	R\$ 26.000,00	R\$ 260.000,00
5	Camarote 2 Pisos 20x5	DIÁRIA	Camarote metálico de dois andares, piso reforçado, fechamento lateral em lona vinílica, cobertura termo acústica, escadas com corrimão, iluminação LED e carpete em todo o piso.	10	R\$ 29.450,00	R\$ 294.500,00
6	Camarote 2 Pisos 30x5	DIÁRIA	Estrutura metálica modular de dois pavimentos, piso em madeira naval reforçada, escadas de acesso com corrimão, guarda-corpo metálico, fechamento em lona vinílica ou painel, cobertura termo acústica, iluminação	10	R\$ 36.000,00	R\$ 360.000,00



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMAD
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

			LED, tomadas e revestimento interno com carpete.			
				LOTE 15		R\$ 1.799.300,00
LOTE 16: SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO						
1	Iluminação 01	DIÁRIA	10 refletores PAR 64 – sendo 04 refletores #05 / 06 refletores #01, com garras para fixação; 04 PAR LED de 3W RGVW de 220 V, com garras para fixação; Rack (s) Digital /Dimmer DMX , compatível a quantidade de refletores e especificações sem oscilação e aterrado; 01 Mesa de iluminação Digital compatível à quantidade de refletores e especificações; 01 Máquina de fumaça com ventilador; Gelatinas	55	5.600,00	308.000,00
2	Iluminação 02	DIÁRIA	10 Par Led de 3 Watts; 04 Setlight; Rack´s DMX sem oscilação e aterrado; 02 Moving Head de 250; 04 Moving Head de Led de 3 Watts; 01 Mesa de iluminação para Paraes e Moving; 01 Máquina de fumaça com ventiladores- 04 HQI. Montagem 24h antes do evento para fins de passagem de som e ensaio técnico.	50	6.900,00	345.000,00
3	Iluminação 03	DIÁRIA	02 Canhões seguidor HMI de 1200W com operadores e tripés; 10 Pares 64 #5, com garras para fixação; 15 Pares 64 #1, com garras para fixação; 24 PAR LED de 3W RGVW de 220 V, com garras para fixação; 12 Moving Head 575W ou superior, com garras para fixação; 08 BEAM 700 W, com garras para fixação; 06 Moving Head de Led de 10W RGBW, com garras para fixação; 04 Setlight de 1000W, com garras para fixação; 08 HQI; 06 Minibruth de 6 lâmpadas; Rack (s) Digital /Dimmer DMX, compatível a quantidade de Refletores e especificações sem oscilação e aterrado; 01 Mesa de iluminação Digital compatível a quantidade de refletores e especificações; 01 Máquina de fumaça com ventilador; Gelatinas. Montagem 24h antes do evento para fins de passagem de som e ensaio técnico.	22	15.850,00	348.700,00



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMAD
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

4	Iluminação 04	DIÁRIA	80- Refletores PAR 64 – sendo 30- refletores #05 / 30- refletores #02, 20- Refletores # 01 com garras para fixação; 40- refletores PAR LED de 18W RGBWUV de 220 Volts, com garras para fixação; Rack/Dimmer sem oscilação e aterrado; 01 Mesa de iluminação Digital compatível a quantidade de refletores e especificações; 04 Máquina de fumaça com ventilador; Gelatinas. Montagem 24h antes do evento para fins de passagem de som e ensaio técnico.	14	16.500,00	231.000,00
5	Iluminação 05	DIÁRIA	Contendo no mínimo: 30 Moving Headde 1.200W, 12 Movin de led de 10 Watts, 24 Refletores tipo Par 64, 16 Refletores tipo ACL, 10 Refletores tipo Elipsoidal,12 Refletores tipo Setlight de 1000W, 10 Refletores tipo HQI, 02 Canhões Seguidores de 1.500W HMI, 04 Refletores tipo Minibruthde 6X600W, 01 Main Power com 36 canais espliter com 8 entradas e 4 saídas, 01 Mesa de iluminação digital (Controle em tempo real para 65.536 parâmetros (até 256 universos de dmx) por sessão em conexão com o software npu (network processor unit);- 4.096 parâmetros http / ltp (6 x dmx out). Montagem 24h antes do evento para fins de passagem de som e ensaio técnico.	8	26.900,00	215.200,00
6	Iluminação simples	DIÁRIA	Montagem de sistema básico de iluminação com refletores de LED RGB, spots direcionáveis e controladora DMX simples. Inclui cabeamento elétrico, suporte em tripé, e equalização básica de cores. Ideal para eventos de pequeno porte, reuniões ou apresentações.	339	5.200,00	1.762.800,00
				LOTE 16		3.210.700,00
LOTE 17: SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO						
1	Sonorização 01	DIÁRIA	Contendo: 06 Caixas de som amplificadas e processadas 300W RMS cada, com tripé, 01 Mixing Console com no mínimo 12 canais de entrada; 04 subgrupos; 04 vias auxiliares; 04 bandas de equalização filtro de graves, 01 Microfone sem fio para voz com frequência de trabalho selecionável e faixa de operação em UHF, 04 Microfones com fio, 01 Aparelho de CD player para sonorização ambiente, cabos e conexões para ligar todo o sistema, 01 Operador técnico.	50	5.100,00	255.000,00



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMAD
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

2	Sonorização 02	DIÁRIA	Contendo: 08 Caixas de som amplificadas e processadas 300W RMS cada, com tripé, 01 Mixing Console com no mínimo 12 canais de entrada 04 subgrupos 04 vias auxiliares 04 bandas de equalização filtro de graves, 01 Microfone sem fio para voz com frequência de trabalho selecionável e faixa de operação em UHF, 04 Microfones com fio, 01 Aparelho de CD player para sonorização ambiente, cabos e conexões para ligar todo o sistema, 01 Operador técnico. Montagem 24h antes do evento para fins de passagem de som e ensaio técnico.	60	6.600,00	396.000,00
3	Sonorização 03	DIÁRIA	Contendo: 10 Caixas de som amplificadas e processadas 600W RMS cada, com tripé, 01 Mixing Console com no mínimo 12 canais de entrada 04 subgrupos 04 vias auxiliares 04 bandas de equalização filtro de graves, 01 Microfone sem fio para voz com frequência de trabalho selecionável e faixa de operação em UHF, 04 Microfones com fio, 01 Aparelho de CD player para sonorização ambiente, cabos e conexões para ligar todo o sistema, 01 Operador técnico. Montagem 24h antes do evento para fins de passagem de som e ensaio técnico.	20	8.900,00	178.000,00
4	Sonorização 04	DIÁRIA	Contendo: 08 Caixas para subgraves (16 falantes, 18 polegadas com 800W RMS cada); 04 Caixas vias médio grave e médio agudo (1.000W RMS cada); amplificadores compatível com o sistema; 01 Equalizador estéreo com 32 bandas e filtros de 12 db por oitava; 01 Processador de efeitos com reverb e delay com entradas e saídas balanceadas e conversores AD/DA de no mínimo 20 bits; 04 Canais compressores/limitadores com entradas e saídas balanceadas; 01 Microfone sem fio para voz, com frequência de trabalho selecionável e faixa de operação UHF; 04 Microfones para uso diversos com pedestais; 04 Canais de GATES com entradas e saídas balanceadas; 01 Aparelho de CD Player; 01 Mixing Console com no mínimo 24 canais contendo o mínimo de 08 subgrupos, 08 vias auxiliares, 04 bandas de equalização, sendo todas paramétricas, filtros de graves, todas	16	23.115,00	369.840,00



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMAD
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

			as saídas deverão ser balanceadas.com no mínimo 04 vias de monitor; 02 Monitores tipo Spot passivo/ativo com 300W RMS cada, cabos e conexões para ligar todo o sistema, 01 Operador técnico. Deverá estar montado em até 24h antes do evento para fins de passagem de som, ensaio técnico.			
5	Sonorização 05 - Grande porte	DIÁRIA	Sistema Line Array completo composto em Fly; 24 caixas com resposta de frequência de 45Hz a 16KHz; com SPL de 128/139 Db chegando a uma potência média de 750/1000 watts RMS; 16 Sub Woofer amplificados com resposta de 30 hz a 100 khz com SPL de 128/132 Db chegando a potência máxima de 1000/2000 watts RMS; 01 Console de mixagem de 56 canais digital com total recall (P.A); 01 Console de mixagem de 56 canais digital total recall com o mínimo de 32 saídas auxiliares. (MONITOR); 16 Monitores com potência a partir de 500W e resposta de frequência de 60Hz a 20KHz amplificados; 01 Sistema de equalização com 08 equalizadores gráficos de 1/3 de oitava; 01 sistema de head fone com fio de 16 vias todos com head fone e adaptadores; 40 Microfones dinâmicos com suporte; 08 Microfones condensadores com suporte; 10 Microfones de contato para instrumentos de madeira; 04 Sistemas de microfone sem fio UHF, com frequências ajustáveis e com distribuidores de antena; 02 Processadores digitais; 01 Analisador de espectro com microfone calibrado; 15 Transformadores de linha (Direct Box); 01 Par de side fill; 01 Bateria acústica; 02 Amplificadores de guitarra; 01 Amplificador de baixo; 01 CD Player; 01 Multicabo de 48 vias	8	45.000,00	360.000,00



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMAD
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

			com splitter; Sistema de distribuição de energia; Fio, cabos e acessórios para ligação, conforme as necessidades dos eventos. Deverá estar montado em até 24h antes do evento para fins de passagem de som e ensaio técnico.			
6	Sonorização Simples 01 - Área até 50 m²	DIÁRIA	Sistema básico de som composto por 02 caixas ativas de 300W RMS, 01 mesa de som de 4 canais, 02 microfones com fio, cabos e pedestais. Indicado para eventos de pequeno porte, reuniões e palestras.	220	3.782,00	832.040,00
7	Sonorização Simples 02 - Área até 100 m²	DIÁRIA	Sistema de som com 04 caixas ativas de 400W RMS, 01 mesa de som analógica de 8 canais, 02 microfones sem fio e 02 com fio, cabos balanceados e pedestais. Ideal para pequenos shows e eventos institucionais.	170	4.800,00	816.000,00
				LOTE 17		3.206.880,00
LOTE 18: SHOWS PIROTÉCNICOS						
1	Espectáculo Pirotécnico	UN	Execução de espetáculo pirotécnico de maior porte, com fogos de alto alcance e efeitos visuais variados. Inclui planejamento técnico, transporte, montagem, disparo eletrônico e desmontagem pós-evento.Duração aproximada: 10 a 12 minutos	2	147.500,00	295.000,00
2	Show Pirotécnico	UN	Execução de espetáculo pirotécnico de maior porte, com fogos de alto alcance e efeitos visuais variados (chuveiros, cometas, bombas multicoloridas, traçantes e efeitos especiais). Inclui planejamento técnico, transporte, montagem, disparo eletrônico e desmontagem pós-evento. Duração aproximada: 08 a 10 minutos	8	39.260,00	314.080,00
3	Show Pirotécnico de Pequeno Porte	UN	Serviço de execução de show pirotécnico de pequeno porte, com utilização de fogos de artifício de baixo impacto sonoro e visual controlado. Inclui montagem, operação, desmontagem e transporte do material, com equipe técnica habilitada e autorização junto aos órgãos competentes. Duração aproximada: até 05 minutos	26	26.000,00	676.000,00



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMAD
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

				LOTE 18	1.285.080,00
				TOTAL DOS LOTES 1 A 19	39.264.769,93



MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N.º



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMAD
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o(nome do órgão)....

3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item nº	Órgãos Participantes	Unidade	Quantidade

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (item obrigatório)

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes,



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMAD
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.8. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital* e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMAD
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital*; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMAD
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMAD
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMAD
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas **no edital**;

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

11.2. *No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.*

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02(duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMAD
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMAD
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

Anexo ATA

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade de Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade de Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- CNPJ: 04.329.736/0001-69
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMAD
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC

ANEXO III – MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0..../2026-CML/PMP - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0..../2026 – CML/PMP.

TIPO: MENOR PREÇO

OBJETO: “REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL..... O ATENDER A ADMINISTRAÇÃO.

Órgão Gerenciador: Secretaria Municipal de Administração.

Órgão Participante: Secretarias Municipais.

DATA: .../.../2026 - HORA: 10:00 horas.

Nome de Fantasia:

Razão Social:

CNPJ:

Endereço:

Bairro: Cidade:

TEM	PROD UTOS	U NID.	QU ANT.	P. UNIT.	MARCA/MODELO/PRODEC EDENCIA	OTAL
TOTAL						

CEP:

E-mail:..... Telefone: Fax:

Banco:

Conta Bancária:

Nome e nº da agência bancária:

A empresa (NOME DA EMPRESA) declara, expressamente, por escrito:

a) Nos valores das propostas de preços estão incluídas todas as despesas com tributos e fornecimento de certidões e documentos, bem como encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais e outros de qualquer natureza e, ainda, gastos com transportes e acondicionamento em embalagens adequadas, conforme caso;

b) Atende todas as especificações, exigências técnicas mínimas, prazos de entrega ou de prestação, cronograma de execução e as respectivas quantidades, conforme caso;

c) Caso seja vencedora no certame, submete-se a todas as condições estabelecidas neste Edital e na minuta do contrato que o integra, sob pena de rescisão unilateral do contrato.

d) A Validade da Proposta de Preços. Ressalva-se que a Validade mínima da Proposta: 60 (sessenta) dias a contar da data da apresentação dos envelopes de proposta de preços e de documentos para habilitação à Comissão Municipal de Contratação da Prefeitura Municipal de Parintins.

e) O Prazo de entrega / execução e demais especificações de acordo com as previsões do Anexo I.

Parintins/AM de ... de 20....

.....
Sócio Administrador, Diretor ou Representante Legal